

# Petrobras facilita indicações políticas

— Assembleia extraordinária aprova mudança no estatuto com maioria de votos da União; decisão do TCU, porém, impede que alteração passe a vigorar imediatamente

.....  
**DENISE LUNA**  
RIO

Assembleia extraordinária de acionistas da Petrobras aprovou ontem mudança no estatuto da estatal que, na prática, reduz barreiras a indicações políticas para cargos de alto escalão na empresa. A alteração foi aprovada por 54,6% dos votos, praticamente todos da União – que é majoritária na companhia. Entre os demais acionistas, 31,96% foram contrários e houve 13,06% de abstenção.

Pela decisão, foram suprimidos do artigo 21 do estatuto da Petrobras as vedações previstas pela Lei das Estatais, sancio-

nada em 2016, durante o governo Temer, como medida para evitar o loteamento político das empresas públicas e a repetição dos escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato. O texto atual desse artigo 21 foi incluído no estatuto da Petrobras em 2017.

Para sustentar a proposta de mudança, o conselho de administração da estatal disse ter seguido liminar de abril passado, do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, que derrubou trechos da Lei das Estatais. O mérito da questão ainda será analisado pelo plenário do STF.

A alteração, porém, ainda não tem valor legal. É que a as-

sembleia ocorreu um dia depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) barrar, por meio de medida cautelar, mudanças no estatuto que facilitassem indicações de nomes a cargos de alto escalão com indícios de conflito de interesse.

.....  
**Investigação**  
**Corte de Contas diz que alteração proposta por conselho ocorreu sem amparo de parecer jurídico**  
.....

Entre os casos, estão incluídos atuais ou ex-titulares de cargos no governo e dirigentes partidários que tenham partici-

pado de campanhas políticas ou ocupado posições de decisão nos três anos anteriores à nomeação. Em razão da medida cautelar, a Petrobras só poderá registrar a alteração aprovada ontem na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro quando o processo for discutido pelo plenário do tribunal.

O TCU apura irregularidades na elaboração da proposta apresentada aos acionistas. Conforme a Corte, a mudança ocorreu “sem que houvesse o concurso de parecer jurídico ou manifestação de área técnica da companhia”. Nessa reunião do conselho de administração, o próprio presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, se

absteve de votar pela mudança.

Durante a assembleia, Ivo Timbó, representante da União, fez uma alteração de última hora no texto, incluindo todos os tipos de conflito, tanto os formais como materiais. Com isso, a expectativa da União é de que o TCU libere a mudança no estatuto. As ações preferenciais da Petrobras subiram ontem 1,02%, cotadas a R\$ 35,59. O mercado avaliou a mudança como negativa, mas ela já estaria “precificada” – ou seja, já havia a expectativa de que fosse aprovada em razão de a União ter a maioria da AGE. ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1